

União repassa recursos para pagar gratificação aos PMs

Além do pagamento da GAM, Cristovam promete casa a policiais

JULIANA STECK

O governador Cristovam Buarque prometeu ontem pagar a Gratificação por Atividade Militar (GAM) até o fim do ano. Os recursos serão repassados pelo governo federal, explicou o governador após a cerimônia de assinatura do decreto de criação da Comissão Gestora do Programa de Habitação para os Servidores da Segurança. O pagamento da

GAM está atrasado desde 1994.

Os militares recebem essa gratificação, de R\$ 180, mensalmente. Pelos cálculos da PM, o valor dos atrasados está entre R\$ 3.500 e R\$ 4.400 por policial. Sem esperanças de receber a GAM tão cedo, os policiais já a haviam apelidado de "Gratificação Após a Morte" (GAM).

Conquistas - Cristovam declarou que se sente satisfeito porque, enquanto em vários estados brasileiros a PM

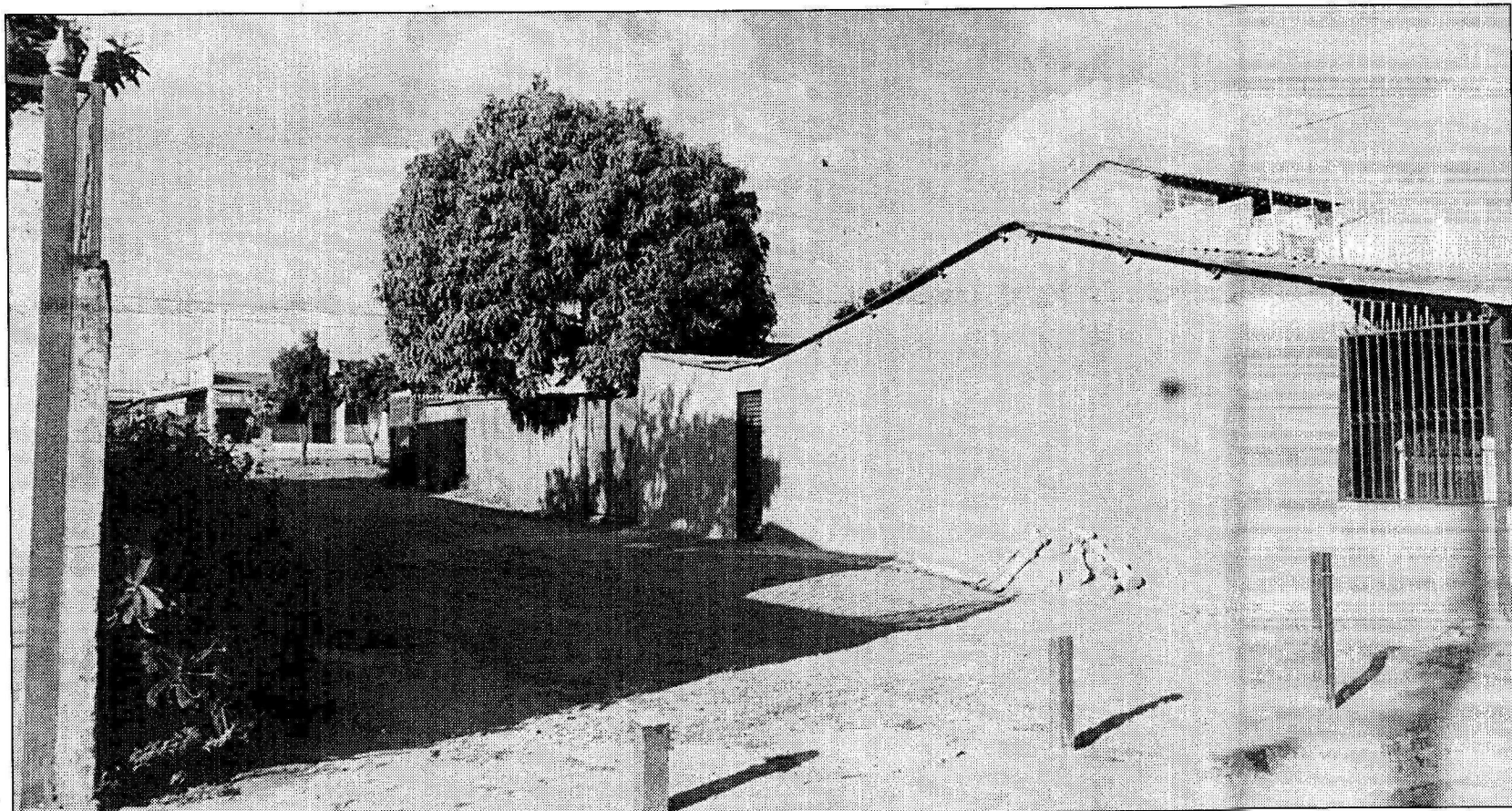
está em greve, o GDF está anunciando a construção de casas para os funcionários da Segurança Pública no DF e o pagamento da GAM.

Cristovam destacou que, no DF, os representantes desses servidores, como os deputados Marcos Lima, (PSDB) e João de Deus (PDT), "fizeram questão de agradecer pelas conquistas, como o uniforme da PM, por exemplo, que não é mais pago pelos

policiais, ao invés de reclamarem pelo que não foi conquistado".

O governador disse ainda que, em seu governo, "quando falta dinheiro, usa-se a criatividade". E exemplificou falando do uso dos becos para a construção de casas para os servidores da segurança, que resolve três problemas de uma só vez: o problema urbano das áreas públicas vazias, o da habitação dos servidores e o da segurança nos becos.

Fotos: Francisco Stuckert



Policiais militares, civis e bombeiros poderão construir moradias em becos localizados entre as quadras do Gama, Ceilândia e Taguatinga

Policiais poderão construir casas em becos

Enquanto no País inteiro os policiais militares e civis se revoltam com a situação salarial, cerca de 20 mil servidores do setor de segurança pública do Distrito Federal vão ter direito de construir casas nos becos que ficam entre as quadras residenciais urbanas da Ceilândia, do Gama e de Taguatinga. Medidas tomadas ontem pelo Governo do Distrito Federal visam resolver o problema habitacional dos policiais e bombeiros e, ao mesmo tempo, aumentar a segurança dos becos e dar a essas áreas, normalmente usadas como depósitos de lixo, uma função social.

A primeira medida foi uma convocação, assinada pelo governador Cristovam Buarque e pelo administrador regional da Ceilândia, José Eudes de Oliveira, convidando a comunidade da Ceilândia a opinar sobre as novas funções a serem dadas aos becos, em uma audiência pública, que vai ser realizada no dia 29 de agosto.

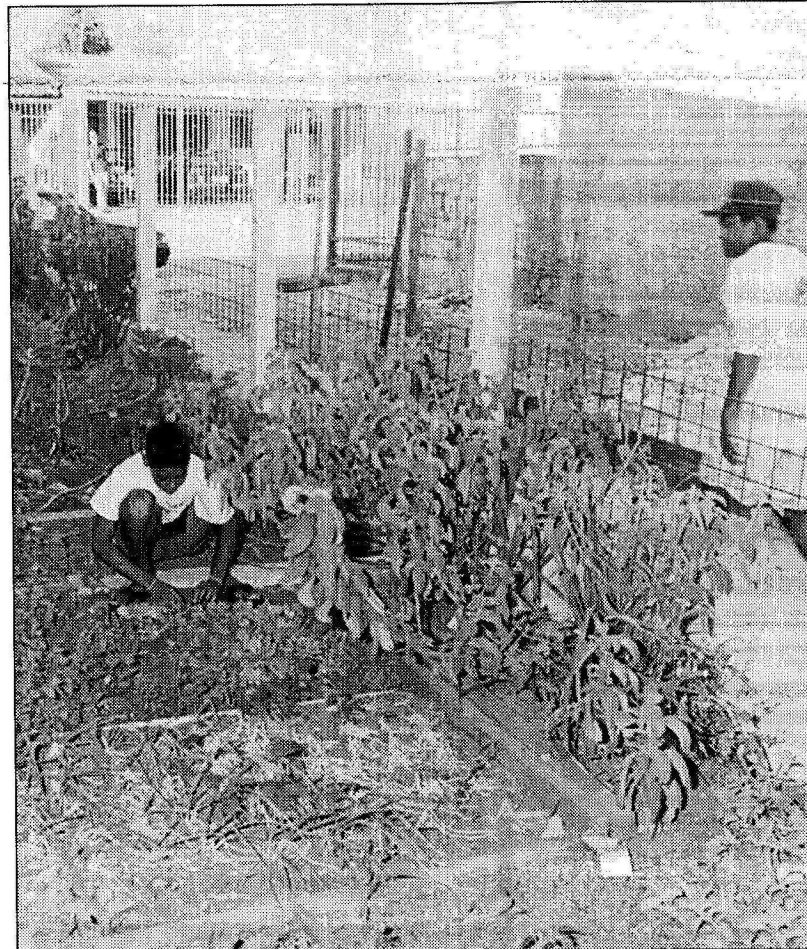
Lazer - A diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab), Alexandra Reschke, ressaltou, durante a cerimônia de assinatura, que essa medida abrange mais de três mil lotes e que nem todos vão ser destinados a unidades habitacionais para policiais e bombeiros. Uma

parte desses lotes vai ser usada para construção de praças, creches, playgrounds e áreas comerciais.

Cristovam também assinou outra medida, o decreto de criação da Comissão Gestora do Programa de Habitação para os Servidores da Segurança, formada por 11 membros de órgãos que cuidam da segurança no DF: Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito (Detran).

Renda - Essa comissão vai fazer, junto com o Idhab, um levantamento completo dos interessados em resolver o problema da moradia. O secretário de Segurança, Roberto Aguiar, presidente da comissão, disse que, após o levantamento, vai ser possível dividir os servidores de acordo com a renda familiar e a região de trabalho.

O secretário comentou que essa divisão dos servidores vai determinar a melhor forma de construir em cada lote: "Por exemplo, quem não tem condições de construir uma casa, não pode receber um lote, porque vai acabar vendendo. Para esse grupo de servidores as casas vão ser construídas em mutirão e sorteadas antes do recebimento das escrituras. Nos outros casos, pode-se criar cooperativas ou programas de financiamento", explica. (JS)



Alguns moradores tentaram resolver o problema fazendo hortas

Áreas são redutos de criminosos

Moradores da Ceilândia que residem da QNP-20 a QNN-24 que já vivenciaram a violência nos becos próximos à suas casas querem que alguma providência seja tomada. A alternativa, apontada desta vez não é de colocar policiamento nos becos, mas a adoção de medidas que afastem de vez o perigo, o acúmulo de lixo, a escuridão e a reunião de marginais que é muito comum todos os dias nos terrenos entre um conjunto e outro. Os moradores acreditam que a proposta da construção de casas nos locais ociosos deve ser uma boa solução para mudar o perfil de violência que acontece com frequência.

"As cenas de violência sempre acontecem à noite. Esse pessoal não tem limite e ataca os desavisados que passam por aqui. Polícia não adianta mais. Acho que construir casa deve melhorar a situação", acredita João de Oliveira Marcelo, dono de um bar há 12 anos em frente ao

beco da QNP 20 do conjunto A.

A moradora da QNN 24, conjunto K, Maria José Barbosa, comenta que há muito tempo os becos são motivo de temor dos moradores. "Acho que se for verdade essa história de construir casas para a Polícia nos becos é a melhor proposta", diz Maria José, cuja violência bate à sua porta quando marginais passam no local pichando os muros e fazendo barulho.

Quem encontrou uma saída para evitar os constantes ataques na porta de trás de sua casa foi o morador da casa 45 da QNN do conjunto K. Segundo Liliâne Rocha, a proteção do patrimônio só foi possível depois da construção de uma horta para afastar o acesso ao muro da casa. Mesmo assim, a moradora concorda que é necessário ter proteção para todos os moradores do local e não apenas de uma ou duas casas isoladamente.

Distritais apontam várias soluções

O problema da sujeira e da violência nos "becos", nome popular dos espaços intersticiais existentes entre as quadras residenciais urbanas das Regiões Administrativas da Ceilândia, de Taguatinga e do Gama, já inspirou três projetos de lei arquivados, outros nove que estão em fase de tramitação e uma Lei.

A Lei 1.414, de 8 de abril de 97, projeto de autoria do deputado Luiz Estevão, do PMDB, proposto em fevereiro de 95, determinou o uso dos becos da Ceilândia para áreas de lazer, educação, fins comerciais e habitacionais e a necessidade da destinação e ocupação ser decidida em assembleia de moradores coordenada pelo poder executivo.

Os projetos de lei, desde 1991, propõem a desafetação dos becos, ou seja, dar uma nova destinação a essas áreas públicas. Os projetos são bastante semelhantes, sugerem que os becos sejam usados para fins habitacionais e residenciais e citam a sujeira e a violência das áreas em suas justificativas.

O ex-deputado Fernando Naves e os deputados distritais José Edmar (PSDB), Edimar Pirineus (PMDB), Renato Rainha (PL), Adão Xavier (sem partido), José Ramalho (PDT), João de Deus (PDT) e Eurípedes Camargo (PT) são autores de Projetos de Lei que sugerem um aproveitamento desse espaço.

A proposta de construção de casas para funcionários públicos civis e militares do DF nos becos do Gama foi feita pelo Deputado Eurípedes Camargo e em todos os becos do DF, por Edimar Pirineus. Renato Rainha propôs que os becos de Taguatinga sejam destinados à áreas de lazer e convivência e à instalação de boxes de serviços. Já para os becos do Gama, Rainha propôs fins habitacionais.

O projeto de João de Deus propõe a construção de casas para bombeiros e policiais nos becos de Taguatinga e da Ceilândia. Adão Xavier propôs que os becos da Ceilândia e do Gama fossem destinados a residências para a PM. José Ramalho sugere que seja permitida a ocupação dos becos do DF por trailers, quiosques e similares.

José Edmar sugeriu a concessão de Permissão de Uso Especial de imóveis públicos para os moradores que a solicitarem, através de suas entidades representativas. O ex-deputado Fernando Naves propôs a desafetação dos becos e sua ocupação com residências em projetos de lei arquivados em 91 e 93. Além dos becos, áreas públicas também vão ser destinadas à construção de habitações para bombeiros e policiais em Santa Maria, de acordo com uma lei proposta pelo deputado Marco Lima, do PSDB. (JS)